SENHORAS ILUSTRES: MULHERES, FAMÍLIA E POVOAMENTO NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO (SÉCULOS XVII-XVIII)

Angélica Lopes Bulhões¹

A primeira geração dos povoadores que vieram com Duarte Coelho não teve uma grande capacidade de investimento nas suas terras para erguer fábrica e comprar escravos. Somente alguns indivíduos tornaram-se senhores de engenho e “em 1550, Duarte Coelho pôde dar conta de cinco engenhos em operação. [...] Na década de 1580, Pernambuco possuía 66 engenhos e era a principal região produtora de açúcar no Brasil”². Segundo Evaldo Cabral de Mello, os colonos que aportaram a partir de 1570 trouxeram cabedais e exploraram as oportunidades oficiais ou comerciais que lhes permitiriam impor-se aos duartinos e seus descendentes, e aos colonos que se fixaram na capitania³.

Para Ronald Raminelli, na América portuguesa os senhores de engenho viam-se como nobres, e

a ‘nobreza da terra’ ou os ‘principais da terra’ não eram títulos concedidos pela monarquia, mas autodenominação, autopromoção, mecanismo encontrado pelas elites coloniais para exercer o papel de comando semelhante ao da nobreza europeia⁴.

Dessa forma, ter um engenho significava, na sociedade colonial, ter um prestígio e um *status* de mando político e social. O uso do título “nobreza da terra” contribuía para engrandecer o poderio dessas ilustres famílias coloniais, diferenciando-se dos demais indivíduos e aproximando-se dos modelos portugueses.

A posse da terra e o controle de pessoas dependentes faziam com que os senhores de engenho se reconhecessem como pertencentes à nobreza colonial. Segundo Stuart Schwartz, “a generosidade para com seus iguais e dependentes, a autoridade sobre a família e os servidores, a hospitalidade e o senso de honra pessoal e familiar permitiam aos senhores de engenho agirem como nobres e, portanto, sê-lo”⁵.

As funções que esses indivíduos tinham na sociedade colonial, seu modo de vida e seus comportamentos faziam com que as pessoas reconhecessem as posições dessas famílias como pertencentes a uma nobreza colonial⁶. Estas mantinham um *status* elevado e controlava as instituições locais, garantindo o controle dos seus interesses pessoais por meio dos cargos administrativos, como ocorreram nas câmaras municipais.

Portanto, a comunicação entre as famílias de qualidade diferenciada era significativa para o estabelecimento das uniões matrimoniais, que tinha a pureza da linhagem como um dos principais critérios.

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Bolsista de Iniciação Científica pela Pró-Reitoria de Pesquisa (Propesq) vinculada ao projeto “Formação de elites coloniais das Capitânicas do Norte por meio da análise das sesmarias” coordenado pela professora Carmen Alveal.

² SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 33.

³ MELLO, Evaldo Cabral de. *O bagaço da cana: os engenhos de açúcar do Brasil holandês*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012. p. 26.

⁴ RAMINELLI, Ronald. *Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. p. 120.

⁵ SCHWARTZ, Stuart. *Op cit.* p. 230.

⁶ *Idem*, p. 232.

FAMÍLIA E CASAMENTO

A pequena nobreza vinda de Portugal era formada pela união de “fatores que conjugados traçavam um perfil dos principais da terra, que eram: ascendência militar, poder econômico e político, conquista, povoamento e defesa da colônia”⁷. Dessa forma, as principais famílias da terra na capitania de Pernambuco eram formadas por pessoas que conquistaram e se fixaram no território, promoveram o povoamento por meio do casamento entre famílias importantes, garantindo o poderio econômico e político e a defesa territorial com os militares.

As melhores famílias da terra, compostas por aquelas que tinham o poder local na capitania, seguiam práticas do Antigo Regime em Portugal, “presentes também em outras partes do ultramar, quais sejam: a conquista, a administração real e a câmara municipal”⁸. A conquista feita pelos colonos, a administração e a participação que esses indivíduos tinham na câmara fizeram com que estivesse garantida a manutenção das suas redes e do seu prestígio social.

O papel da família no processo de colonização ocorre com a articulação do poder em nível local, permitindo a formação de fortunas nas mãos das famílias, que “para os de origem nobre, os benefícios concedidos no além-mar eram a chance de manter/ampliar terras, rendas e prestígios da metrópole”⁹. Logo, torna-se possível a compreensão da natureza da sociedade na América Lusa, com práticas vindas da sociedade portuguesa.

Segundo João Fragoso, “pertencer de fato à nobreza da terra significava ter o ‘consentimento’ da sociedade, ser visto por esta como nobre ou, o que é o mesmo, ser reconhecido como membro de um grupo de qualidade superior”¹⁰. Então, para essas famílias, seu propósito era assegurar a hegemonia sobre a sociedade colonial, como é possível observar, por exemplo, nos descendentes dos primeiros colonizadores de Pernambuco, que gostavam de ser reconhecidos como “principais da terra”.

Nessa capitania, as mulheres consideradas importantes, fossem de linhagem ou não, uniram-se por meio do casamento com homens de boa procedência e de preferência com reinóis. Segundo Evaldo Cabral de Mello, na conjuntura do período *ante bellum*, costumava-se estar casando os rapazes com mulheres da terra, e as moças com reinóis que possuíam cabedal¹¹.

Os interesses familiares buscavam aproximar essas pessoas com um bom histórico genealógico, a maioria de cristãos-velhos, para manterem seus laços e o poder local na capitania. A partir da ocupação holandesa, no entanto, “a nobreza da terra enveredou pela endogamia, eliminando o reinol como opção matrimonial para as filhas.”¹²

Dessa maneira, conservou-se a prática endogâmica na capitania de Pernambuco *post bellum* e o matrimônio no seu interior foi preservado mesmo quando sua irracionalidade em termos econômicos houvesse sido demonstrada pela recessão da economia açucareira¹³. Esses sujeitos formaram alianças que se baseavam em relações econômicas, sociais e

⁷ ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de; SILVA, Gian Carlo de Melo. Famílias brasileras: Pernambuco e a mestiçagem (séculos XVI-XVIII). *Clio*. Série História do Nordeste (UFPE), v. 25.1, 2007, p. 65.

⁸ FRAGOSO, João. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI - XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 42.

⁹ *Idem*, p.46.

¹⁰ *Idem*, p. 58.

¹¹ MELLO, Evaldo Cabral de. *O nome e o sangue: uma parábola genealógica no Pernambuco colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p.202.

¹² *Idem*, p. 195.

¹³ *Idem*, p. 201.

políticas, dentro das melhores famílias da terra, as quais estavam no comando da sociedade colonial. De acordo com Schwartz, em princípios do século XVII, a classe dos senhores de engenho encontrava-se bem estabelecida e consideravelmente unida por casamentos entre seus membros.¹⁴

As mulheres reconhecidas socialmente no período colonial na capitania de Pernambuco eram, segundo Jeannie Menezes,

‘especiais’ em razão do estatuto jurídico e da importância social que detinham, as mulheres que, no século XVIII, mobilizaram a administração nas cidades de Olinda e Recife para a defesa de seus interesses, tinham na condição de esposa, viúva, filha, irmã, sobrinha ou prima, a tutela de um parente que nominalmente fazia parte dos quadros da burocracia ou da administração colonial¹⁵.

Estas mulheres estavam sob a tutela masculina, mas isso não as impediu de atuarem como sujeitos de direitos e pedirem bens e propriedades. Tendo a necessidade de garantir sua própria sobrevivência e a manutenção do seu *status* social, elas “se utilizaram da especialidade que o direito lhes conferia como um privilégio por sua inferioridade e incapacidade jurídica”¹⁶.

NOTE E PATRIMÔNIO FAMILIAR

No período *post bellum*, houve uma preocupação com a manutenção da linhagem familiar, formando a política de casamento endogâmica entre as famílias importantes e cada vez mais fechadas nos seus laços de parentesco. Segundo Eni de Mesquita Samara, “constituiu-se dessa forma uma ‘nobreza colonial’ que através dos clãs familiares e de seus principais membros ocupa praticamente todas as esferas do poder local e pertence às instituições mais prestigiadas da época”¹⁷.

Não é raro observar a doação de sesmarias como dote do casamento, assim como a propriedade de ofícios. Segundo Suely Almeida, “esses ofícios, que foram de propriedade de: maridos falecidos, pais e irmãos ou conquistados por mercê real, deveriam atrair o interesse de um futuro cônjuge.”¹⁸ Essa era uma forma da família da noiva assegurar um bom matrimônio, garantindo que esta se casasse com um homem de família influente, fosse na política ou na economia da capitania. Dessa forma, as mulheres eram importantes para a estratégia familiar, uma vez que o casamento e o estabelecimento de alianças com outras famílias dependiam delas.

A dotação era importante para a logística da aliança matrimonial, além de ser parte do adiantamento da herança que a filha teria dos pais. No momento de casar a filha, era buscado um matrimônio entre pares, de igualdade social e econômica. A acumulação de bens para formar um dote atrativo pode ter sido uma motivação para a solicitação de sesmarias por mulheres.

O dote é definido como os bens que a mulher levava consigo na ocasião do casamento, proporcionando os principais meios de produção para o casal dar início a uma nova unidade produtiva. Então, as mulheres constituem-se como o principal elemento na

¹⁴ SCHWARTZ, Stuart. *Op cit.* p. 226.

¹⁵ MENEZES, Jeannie da Silva. Sem embargo de ser fêmea – as mulheres e um estatuto jurídico em movimento no direito local em Pernambuco no século XVIII. (Tese de Doutorado em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2010, p.135.

¹⁶ *Idem*, p. 137.

¹⁷ SAMARA, E. M.. *Família, Mulheres e Povoamento*: São Paulo, Século XVII. 1. ed. Bauru: EDUSC - Editora da Universidade Sagrado Coração, 2003. p. 35.

¹⁸ ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. *O sexo devoto: normatização e resistência feminina no Império Português séculos XVI – XVIII*. Recife: Editora Universitária/UFPE, 2005, p. 63.

formação da família, visto que elas foram as que mais contribuíram para o sustento do casal, com terras, gado e escravos¹⁹.

Dotar a filha com uma sesmaria em terras da família fortalecia o direito familiar sobre determinada localidade, sendo importante o casal morar próximo²⁰. Segundo Muriel Nazzari, “uma vez que a sesmaria exigia que a terra fosse cultivada no prazo de três anos, para a posse ser mantida, dotar uma filha com terras recebidas como sesmaria fortalecia o domínio da família sobre aquela terra”²¹.

MULHERES REQUERENTES DE TERRAS

A mulher tinha autonomia para requerer uma porção de terra, não sendo obrigada a presença do marido para assinar a documentação. Para a Coroa, o importante era que o povoamento estivesse sendo feito, independente do gênero do requerente. Nos primeiros anos de colonização, foi significativa para a Coroa a fixação dos grupos que assegurassem a presença portuguesa na América, com a formação de núcleos familiares estabelecidos. O pedido de sesmarias por mulheres também está relacionado com o aumento do patrimônio familiar:

Segundo o Código Filipino, cada membro do casal tinha direito à metade dos bens. Logo, quando uma mulher solicitava uma sesmaria, a terra requerida diretamente aumentava o patrimônio familiar. Destarte, os requerimentos de terra que incluíam mulheres podem ser entendidos como uma estratégia dos moradores para o aumento de suas posses²².

As cartas de sesmarias referem-se tanto às áreas como às pessoas beneficiadas pela concessão da terra, mostrando as justificativas para a solicitação da propriedade e a formação de alianças familiares. Dessa maneira, fica entendida a relevância das mulheres no processo de povoamento

ao trazer o nome da solicitante, muitas vezes designadas como *dona*, a data de concessão, a localidade e a extensão da terra permitem o conhecimento do que pretendiam fazer, em geral lavoura e ou criação e o que disponibilizavam para tal, inclusive no que diz respeito a bens como escravos e ou gados vacuns e cavallares²³.

As donas eram sesmeiras que tinham esse título de diferenciação social, por serem consideradas de famílias importantes na capitania. De acordo com o dicionário de Antônio de Moraes Silva, *dona* significa “título de mulher nobre, que tanto vale como senhora”; “senhora nobre viúva”²⁴. Essas donas gerenciaram, acumularam e legaram seus bens, difundindo o patrimônio para gerações futuras. Segundo Stuart Schwartz, “embora o ideal patriarcal

¹⁹ NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. pp.16-19.

²⁰ *Idem*, pp. 67-68.

²¹ *Idem*, p. 68.

²² ALVEAL, C. M. O. ; FONSECA, M. A. V. Flores do sertão: mulheres das Capitânicas do Norte e suas estratégias para assegurar seu quinhão de terras (1650-1830). In: Antônio Emilio Morga. (Org.). *História das mulheres do Norte e Nordeste brasileiro*. 1ed. São Paulo: Alameda, 2015, p.147.

²³ CAMPOS, Marize Helena de. *Senhoras Donas: economia, povoamento e vida material em terras maranhenses (1755-1822)*. São Luís do Maranhão: Café e Lápis, 2011. v. 1, p. 372.

²⁴ SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da lingua portugueza - recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado*, por Antonio de Moraes Silva. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

excluisse as mulheres de um papel ativo na administração das propriedades e da estratégia familiar, a realidade parece ter sido mais complexa”²⁵.

Nas Ordenações Filipinas determinava-se que, na América portuguesa, as heranças deveriam ser distribuídas entre os herdeiros de forma igualitária. Após a morte do marido, as viúvas tinham direito a administrar os bens, visto que esse era a única situação na qual a mulher assumia a condição de tutora do seu patrimônio por lei.²⁶

Diversos fatores surgidos na América Portuguesa levaram mulheres a assumirem o patrimônio familiar na ausência dos maridos. Essas mulheres “atuaram em busca de garantias de sua sobrevivência utilizando-se dos bens e posses disponíveis”²⁷, conseguindo manter seu núcleo familiar.

Segundo Jeannie Menezes, foi com a presença holandesa que as mulheres preservaram seu patrimônio civil como cabeças de casal. Dessa forma, as mulheres que conduziram seus engenhos durante o conflito com os holandeses foram incluídas nas nobrezas que faziam parte do imaginário restaurador²⁸.

A acumulação de terras por mulheres de uma mesma família revela as possibilidades de acúmulo patrimonial e poder econômico. Por exemplo, Maria da Rocha Rangel e Ana da Rocha Rangel fizeram um pedido de sesmaria juntas, em 5 de agosto de 1749. O requerimento é uma concessão feita por meio de uma carta de doação de sesmaria na localidade de Goiana, capitania de Itamaracá. As justificativas utilizadas foram de que as terras eram devolutas e iriam cultivar e lavrar, aumentando as rendas reais²⁹.

Em 1724, Rosa Maria Cardoso requereu uma sesmaria por meio de uma carta de doação de uma terra localizada no Palmares, por falecimento do seu marido Manoel da Fonseca Porto, o qual era alferes do terço dos Palmares. Ela pediu a sesmaria, localizada no Rio Paraíba, em Alagoas, na condição de ser a herdeira do seu marido³⁰. Portanto, especula-se que Rosa Maria Cardoso interessou-se pela oportunidade de adquirir uma porção de terra naquele momento devido aos serviços prestados pelo seu falecido marido à Coroa portuguesa.

Também houveram casos nos quais a mulher requereu sesmarias em mais de um momento. Foi o caso de Dona Jerônima Cardim Fróis, viúva do mestre de campo Domingos Jorge Velho, que requereu uma terra em 1704 juntamente com oficiais militares, na localidade do Piauí, justificando que seu marido serviu a Sua Majestade e fez parte dos restauradores do Palmares³¹. Em 1716, ela pediu outra terra em Alagoas, parte de Pernambuco³².

Como se pode ver no quadro abaixo, a principal justificativa utilizada pelas mulheres era de que já possuíam gado, aparecendo em 11 casos, mostrando que mesmo que não tivessem uma terra, elas já tinham criações para manter. Em seguida, o argumento de maior peso foi que as terras eram devolutas, nunca sendo doadas anteriormente. Em três pedidos, a justificativa de que possuía cabedal foi utilizado, demonstrando o *status* econômico que detinham. Em outros casos, enquanto algumas senhoras pretendiam cultivar e lavrar sua terra e aumentar as rendas reais, outras se utilizaram do argumento que seu marido havia servido a Sua Majestade para obter uma sesmaria.

²⁵ SCHWARTZ, Stuart. *Op. cit.* p. 243.

²⁶ MENEZES, Jeannie da Silva. *Op. cit.* p. 165.

²⁷ *Idem*, p. 136.

²⁸ *Idem*, p. 157.

²⁹ Documentação Histórica Pernambucana. Recife: Imprensa Oficial, 1954. v.2. pp. 73-75.

³⁰ Documentação Histórica Pernambucana. Recife: Imprensa Oficial, 1954.v.1. pp. 295-297.

³¹ Documentação Histórica Pernambucana. Recife: Imprensa Oficial, 1954.v.1.pp.116-120.

³² Documentação Histórica Pernambucana: sesmarias. Recife: SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA BIBLIOTECA PÚBLICA, 1959,p.131. v.4.

Quadro 1 - Justificativas das mulheres ao requererem terras na capitania de Pernambuco (séculos XVII-XVIII), disponíveis na Plataforma SILB.

Justificativas	Pedidos
Serviu a Sua Majestade	2
Pretendia aumentar as rendas reais	5
Pretendia cultivar	2
Pretendia lavrar	2
Pretendia extinguir os índios	2
Pretendia criar gado	2
Tinha escravos	1
Alegou que já ocupava a terra requerida	1
Tinha gado cavalari	1
Alegou serem as terras devolutas nunca doadas anteriormente	6
Era descobridora das terras com risco de vida	4
Era descobridoras das terras com sua fazenda	4
Solicitou pagar somente o dízimo	2
Tinha gado	11
Tinha outras criações	2
Tinha poucas terras	2
Tinha cabedal	3
As terras eram devolutas	5

Fonte: Elaboração da autora baseadas nas cartas de sesmarias disponíveis na Plataforma SILB. Disponível em: www.silb.cchla.ufrn.br.

Em relação à ausência do marido, conjectura-se que havia uma atuação das mulheres sobre o seu patrimônio, no caso das que administraram seus engenhos após encontrar-se na viuvez ou enquanto seus maridos não estavam presentes. Para Muriel Nazzari,

as esposas não só representavam os maridos em transações comerciais ocasionais, como também administravam os bens comuns durante longos períodos de tempo. Embora somente ao ficar viúva é que uma mulher se tornava legalmente chefe da família, as esposas administravam as propriedades da família enquanto seus maridos, filhos e genros se ausentavam³³.

Nesse sentido, fica evidente que as mulheres tomavam decisões importantes. Tais mulheres eram reconhecidas como tutoras dos seus bens e, portanto estavam amparadas pelo seu estatuto jurídico. Dona Ana de Holanda foi mais um exemplo de mulher que administrou suas posses após a morte de seu marido.

D. Ana de Holanda era filha de Arnal de Holanda e Brites Mendes de Vasconcelos, e esposa de João Gomes de Melo. Ela morou no seu engenho Trapiche, localizado no Cabo com seu filho Manoel Gomes de Melo durante a luta contra os holandeses. Seu marido era “natural da Província de Beira e de conhecida nobreza”. Desse matrimônio surgiu uma ilustríssima descendência, segundo Borges da Fonseca³⁴.

D. Ana de Holanda requereu uma sesmaria juntamente com Manoel Rodrigues Calheiros em 1701, localizada em Alagoas. Os confrontantes dessa terra eram João Gomes de Melo, seu marido, e o mesmo Manoel Rodrigues Calheiros, seguindo pelo Rio Mundaú. As justificativas utilizadas na carta de sesmaria eram de que as terras eram devolutas, e os

³³ NAZZARI, Muriel. *Op. cit.* p. 33.

³⁴ FONSECA, Borges da. *Nobiliarquia pernambucana*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1935, v. 1.

sesmeiros possuíam gado e cabedal para investirem nas terras³⁵. Os argumentos utilizados de que eles possuíam cabedal e gado mostram que as mulheres tinham acesso às riquezas da família e podiam aumentar o patrimônio.

Manoel Rodrigues Calheiros também requereu uma sesmaria com o marido de D. Ana de Holanda, João Gomes de Melo em 1700, em Alagoas, próximo do Rio Mundaú. Então, supõe-se que Manoel manteve vínculos econômicos com a família de D. Ana de Holanda nesse período, visto que eles pediram sesmarias em anos seguidos, 1700 e 1701.³⁶

Ocorreram casos em que a mulher pediu a terra em determinada localidade para evitar que outros sesmeiros, de outras famílias, invadissem sua propriedade e ela perdesse uma parte da sua sesmaria. Foi o caso de Dona Maria Francisca de Melo, viúva de Paulo de Amorim Salgado Acioli, que requereu uma sesmaria por meio de uma carta de doação em 4 de novembro de 1776, na freguesia de Ipojuca em Pernambuco.³⁷ Seu engenho chamava-se Juçaral de Santa Ana, e suas terras confrontavam com as terras de Jerônimo Salgado Acioli, familiar do seu falecido marido. Portanto, pode-se perceber pela localidade da sesmaria, que D. Maria Francisca de Melo solicitou uma terra próxima a um familiar do seu marido para evitar a invasão de outros sesmeiros.

Portanto, D. Maria Francisca de Melo, já viúva, possuía autonomia para administrar suas posses após a morte do seu marido, assumindo a condição de tutora dos seus bens, e a sesmaria foi vendida posteriormente em 1783, com menos de 10 anos que havia sido feito o requerimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou observar as estratégias que as mulheres utilizaram, durante o período colonial, para se diferenciarem socialmente. Elas mostraram sua participação na economia e povoamento da capitania de Pernambuco, por meio do requerimento de sesmarias inseridas no projeto de povoamento da Coroa portuguesa, atuando como agentes na sociedade colonial.

Também foi analisado o uso das terras e a garantia do aumento do patrimônio familiar por meio do requerimento de sesmarias, com base na Documentação Histórica Pernambucana, no Arquivo Histórico Ultramarino e na Plataforma SILB, que disponibiliza as cartas online. Foi possível verificar, pela localidade da sesmaria, se ela estava próxima de terras de familiares, quem eram seus confrontantes, as justificativas utilizadas pelas sesmeiras para requererem a terra, se possuía gado ou escravos e o cabedal necessário para o investimento.

Foi verificado que as mulheres tornavam-se proprietárias de engenhos quando seus maridos faleciam, reafirmando o ordenamento jurídico próprio dessas senhoras. Ao fazer estratégias com a família, fosse para aumento de patrimônio ou para consolidação de poder numa determinada área, essas mulheres donas de terras desempenharam um importante papel na capitania de Pernambuco. Nesse sentido, conclui-se que as sesmeiras buscaram uma forma de atuar na sociedade colonial para obter uma melhor posição social, aumentando seus bens e o patrimônio de sua família.

³⁵ Documentação Histórica Pernambucana: sesmarias. Recife: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA BIBLIOTECA PÚBLICA, 1959.p.116. v.4.

³⁶ Documentação Histórica Pernambucana: sesmarias. Recife: SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA BIBLIOTECA PÚBLICA, 1959.p.113. v.4.

³⁷ Documentação Histórica Pernambucana: sesmarias. Recife: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA BIBLIOTECA PÚBLICA, 1959.p. 64-65. v.4.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. *O sexo devoto: normatização e resistência feminina no Império Português séculos XVI – XVIII*. Recife: Editora Universitária/UFPE, 2005.

ALVEAL, C. M. O. ; FONSECA, M. A. V. Flores do sertão: mulheres das Capitânicas do Norte e suas estratégias para assegurar seu quinhão de terras (1650-1830). In: Antônio Emilio Morga. (Org.). *História das mulheres do Norte e Nordeste brasileiro*. 1ed. São Paulo: Alameda, 2015.

CAMPOS, Marize Helena de. *Senhoras Donas: economia, povoamento e vida material em terras maranhenses (1755-1822)*. São Luís do Maranhão: Café e Lápiz, 2011. v. 1.

FONSECA, Borges da. *Nobiliarquia pernambucana*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1935, v. 1.

FRAGOSO, João. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI - XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MENEZES, Jeannie da Silva. *Sem embargo de ser fêmea – as mulheres e um estatuto jurídico em movimento no direito local em Pernambuco no século XVIII*. (Tese de Doutorado em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2010.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O nome e o sangue: uma parábola genealógica no Pernambuco colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. *O bagaço da cana: os engenhos de açúcar do Brasil holandês*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012.

RAMINELLI, Ronald. *Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

SAMARA, Eni de Mesquita. *Família, Mulheres e Povoamento: São Paulo, Século XVII*. 1. ed. Bauru: EDUSC - Editora da Universidade Sagrado Coração, 2003.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da Família no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.